



cnapo

Comissão Nacional de Agroecologia
e Produção Orgânica



Apresentação| Reunião Interconselhos

Realizamos no dia 27 de agosto de 2024 uma reunião entre as mesas coordenadoras/diretoras dos conselhos e comissões de participação social do governo federal - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODES). Também participaram da reunião representantes da CONAB e da Secretaria de Abastecimento Cooperativismo e Soberania Alimentar do MDA, que estão conduzindo a construção do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar. Esta proposta foi uma demanda da plenária da CNAPO e surge da necessidade de estabelecermos diálogos, visando a construção de ações que podem ter incidência articulada entre os conselhos. Neste primeiro encontro foi possível mapear as principais ações, definir convergências e apontar um planejamento conjunto; em alinhamento com três prioridades políticas do governo federal: combate à fome e à má nutrição; superação das desigualdades sociais; mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Este documento é um relatório executivo da atividade, e está dividido nas seguintes sessões: a) implementação e monitoramento dos planos, e, b) articulação entre as mesas diretas dos conselhos.



Implementação e monitoramento dos planos| PLANAPO e PLANAAB

PLANAPO O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) é uma iniciativa importante que visa promover práticas agrícolas sustentáveis e a produção de alimentos agroecológicos e orgânicos no Brasil. Elaborado com a participação de 14 ministérios, o plano é estruturado em sete eixos principais, que abrangem diversas ações coordenadas, para alcançar 26 objetivos específicos. Os eixos do PLANAPO são: **1. Produção; 2. Uso e conservação da agrobiodiversidade e da natureza; 3. Construção do conhecimento e comunicação; 4. Comercialização e consumo; 5. Terra e território; 6. Sociodiversidade; 7. Saúde e cuidados com a vida.** Apesar do avanço em várias frentes, o lançamento do PLANAPO enfrenta um desafio significativo: a falta de consenso governamental sobre o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA). Esse programa é fundamental para diminuir a dependência de substâncias químicas nocivas na agricultura, promovendo práticas mais seguras para o meio ambiente e para a saúde humana.

PLANAAB O Plano de Abastecimento está em fase de finalização e promete ser uma iniciativa robusta e abrangente. Composto por 30 ações estratégicas, ele se destaca por incluir seis medidas consideradas inovadoras, que visam modernizar e melhorar a eficiência do abastecimento de alimentos. As principais inovações são - **Centrais de Abastecimento:** Estas centrais visam centralizar a distribuição de alimentos, garantindo maior controle de qualidade e eficiência logística; **Sacolões:** Esta iniciativa busca fornecer alimentos a preços acessíveis, particularmente para as populações mais vulneráveis; **Observatório dos Preços:** Um sistema de monitoramento contínuo dos preços de alimentos, que visa promover a transparência e auxiliar na tomada de decisões tanto por parte dos consumidores quanto dos gestores públicos; **Diversidade Cultural nas Cestas Básicas:** A inclusão de alimentos que respeitem e valorizem a diversidade cultural, garantindo que as cestas básicas atendam às necessidades e culturas alimentares de diferentes grupos sociais. Além dessas inovações, está em desenvolvimento o programa “**Arroz da Gente**”, que terá um papel central na estratégia de abastecimento. Este programa exigirá a estruturação de ações integradas a outras culturas agrícolas, promovendo um enfoque mais holístico e sustentável para a produção e distribuição de alimentos. A proposta prevê ainda a inclusão da CNAPO (Comissão Nacional de Abastecimento e Produção Orgânica) no comitê da PLANAAB (Plano Nacional de Abastecimento Alimentar e Nutricional), o que proporcionará uma abordagem mais colaborativa e integrada, reunindo diversas perspectivas e expertises para a execução e monitoramento das ações. Com essas medidas, o Plano de Abastecimento busca não apenas atender às necessidades imediatas da população, mas também promover um sistema alimentar mais justo, sustentável e inclusivo.

Conexões entre os Planos

A construção das estratégias e propostas de governança, implementação e monitoramento dos planos devem atender os seguintes aspectos:

a) a centralidade da dimensão territorial, construída a partir das dinâmicas organizativas das “pessoas”;

b) o conceito e a dinâmica de funcionamento dos sistemas alimentares.

Esta perspectiva pressupõe a estruturação de territórios e **sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis**, com a promoção da agroecologia e respostas às emergências climáticas. Para isso, é possível identificar a possibilidade de **interação entre os diferentes espaços de participação social** e suas perspectivas de ação, como: ODS, CNS, CONAMA, Economia Solidária. Destacamos alguns aspectos centrais que precisam ser consideradas como prioritários em todas as construções, e que devem ser tratados em eixos articuladores de ações dos planos, como: **a questão fundiária e o debate das demarcações e acesso à terra; a promoção da saúde; o combate aos agrotóxicos; uma nova perspectiva de inovação tecnológica; o envolvimento e reconhecimento dos sujeitos que atuam e constroem estes territórios, como as mulheres, povos e comunidades tradicionais e as juventudes; a necessidade de promover estratégias de inovação.**

Princípios orientadores

É necessário que o processo de monitoramento considere a diversidade de realidades e que possa imprimir as identidades e narrativas dos sujeitos, para que se torne uma ferramenta de empoderamento



Princípios metodológicos para o monitoramento

A gestão da implementação e a reorientação das políticas para territórios são aspectos de referência para a estruturação do processo de monitoramento dos planos. Para isso, é necessário mapear e organizar alguns instrumentos, bem como os processos e dinâmicas para esta condução. Estes aspectos podem ajudar a orientar a organização e análise do conjunto de informações sob as perspectivas quantitativa e qualitativa. Os processos e instrumentos de monitoramento precisam colaborar para mapear e analisar os espaços de gestão e monitoramento, bem como a incidência e convergência das políticas nos territórios.

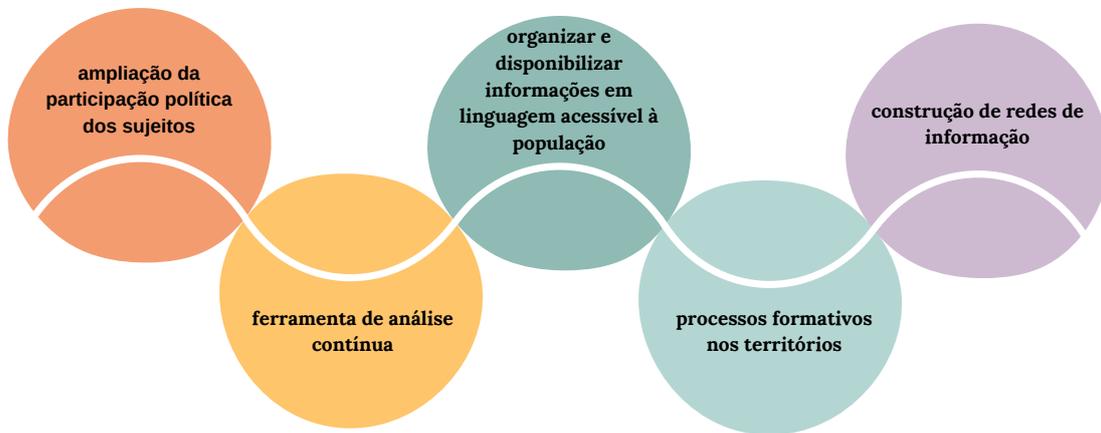
Instrumentos] É necessário criar mecanismos para fortalecer as organizações. Alguns instrumentos para facilitar este processo já existem e estão em fase de implementação como, por exemplo, o Programa de Fortalecimento e Ampliação de Redes de Agroecologia e Produção Orgânica (ECOFORTE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) modalidade Sementes, Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) e o Programa nacional de inovação para a agricultura familiar e agroecologia (PNPIAF).

Papel das metodologias | dinamizar a sistematização e apresentação de resultados; possibilitar a construção de fluxos de interlocução; construção de indicadores acessíveis e participativos; articulação dos PLANAPÓS com os PLEAPOS (nos estados).

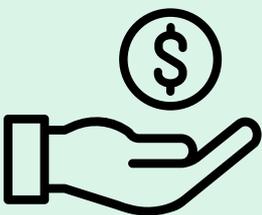


Já existem algumas experiências metodológicas que podem colaborar com o desenho e abordagem do monitoramento nos territórios, uma delas é a análise de agroecossistemas. Esta experiência foi desenvolvida pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e foi apontada para o monitoramento do programa ECOFORTE.

Propostas | Observatórios nos territórios



Desafios | O levantamento, a sistematização e a apresentação de dados de produtos agroecológicos e da transição agroecológica; articulação e produção de dados sobre os territórios; ferramentas para ampliar acesso a políticas agroecológicas; monitorar o agronegócio.



Articulação de recursos | É necessária a captação de recursos para possibilitar a execução de um projeto de monitoramento, quanto para aportar recursos nas organizações. Para isso, já é possível identificar algumas possibilidades de fontes: a) articular recursos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que hoje é coordenador pelo MCTI. Ainda vinculado ao FNDCT, existe uma iniciativa que foi direcionada aos ministérios pelo MCTI, chamada “Ciência com Política”, para a qual o MDA foi contemplado com R\$ 15 milhões. Este recurso será direcionado para o monitoramento da PNAPO. b) Estruturar editais do MROSC para as organizações sociais.

Territórios livres de agrotóxicos e transgênicos

Polos agroecológicos



Comitê gestor PNGATI

Territórios Bahia

Experiências inspiradoras

OMECS - MECC

Comitês populares de alimentos

Parcerias importantes | MDA – SAF, MDA - SEAB, MDA-SFDT, MDA-DAMEI, Fiocruz, Secretaria de bioeconomia do MMA, Map Biomass, FBB, DIEESE, SFB – MMA, Academia/Universidades, SBIO-MMA, BNDES, MCTI (Ciência com Política), IBGE, IPEA.

Agenda



GT monitoramento | responsável pela condução do processo

Oficinas | para a construção da metodologia

Projeto | para captação de recursos e organização das atividades

Mesas diretivas conselhos| Apresentação e estratégias para planejamento conjunto

Todos os conselhos foram retomados e estão vivenciando um processo de reestruturação desde o ano de 2023.

CONSEA| Entre as diferentes atividades de atuação estão o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a organização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a organização do Tribunal Popular Contra a Fome e os encontros regionais. Possuem comissões permanentes e grupos de trabalho. Tem atuação com a agenda de abastecimento alimentar, a elaboração de recomendações e monitoramento das políticas públicas - como o Plano Safra, o estabelecimento de normas sanitárias, o fomento produtivo para além do crédito, a formação e o acesso a mercados institucionais e o desenvolvimento de políticas de governança como estratégia de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.

CNAES| Estão acompanhando as conferências regionais e organizando a conferência nacional, que subsidiará a construção do Plano Nacional de Economia Solidária. O conselho possui câmaras temáticas: produção, comercialização e comércio justo, finanças solidárias, educação formação e assessoria técnica; e um comitê interministerial. Uma das prioridades é ampliar a articulação interministerial.

CNODS| Atua com os 17 objetivos e 169 metas que compõe a agenda global 2020-2030. Possuem 84 representações divididas paritariamente entre governo e sociedade civil. Atualmente possui 6 câmaras temáticas. Tem dialogado para desenvolver estratégias para implementação, localização e territorialização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para isso, tem atuado nas frentes de mobilização, disseminação, inclusão e diversidade, povos indígenas e povos tradicionais e proposto o ODS 18, igualdade étnico-racial.

CONAMA| É um conselho de caráter normativo. O principal objetivo atual é retomar a participação da sociedade civil para fomentar as políticas ambientais e ações normativas.

CNS| As principais atividades estão vinculadas à monitorar e acompanhar as políticas públicas da saúde e a realização da conferência nacional. Tem atuado com agendas para tratar da gestão do trabalho e saúde e inclusão social. Possuem como espaço de atuação o pleno do conselho, a mesa diretiva, uma secretaria executiva, as comissões, as câmaras técnicas. Realização de conferências temáticas, a conferência nacional, as estaduais e as municipais. Atualmente os temas prioritários são a defesa da democracia e do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONDRAF| É composto por 36 organizações da sociedade civil, 15 comitês permanentes instituídos, destacando o comitê de mudança do clima e de agroecologia. Estão atuando na construção do Plano Clima da agricultura familiar e na construção da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e de ATER.

CNAPO| Está no processo de lançamento do PLANAPO e desenvolvimento de estratégias para o monitoramento. O trabalho é organizado pelas 8 Subcomissões Temáticas: Terra e Território; Insumos; Produção e Comercialização; Produção Orgânica; Sementes e Sociobiodiversidade; Mulheres; Conhecimento e PRONARA, e um grupo de trabalho que trata do tema do monitoramento. A Comissão possui uma secretaria-executiva e uma mesa coordenadora.

“

...a principal convergência está vinculada à agenda de segurança e soberania alimentar, considerando o papel da agroecologia para a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis...

”

Governança| importância da articulação

- Superar desafios do pacto federativo
- Potencializar espaços que já existem para ampliar as ações e seus impactos
- Analisar e superar desafios da retomada das políticas públicas, dos espaços de participação social e novos desafios diante do cenário político
- Identificar e reduzir a nossas fragmentações

Princípios para a articulação| Fortalecer a democracia, fortalecer e ampliar a participação social, garantir a intersetorialidade

CONSEA e CNS| suporte e aprendizados para inserções territoriais articuladas

- Fomentar a participação social desde os territórios;
- Estabelecer processos de monitoramento dos planos nos territórios;
- Promover o acesso às políticas públicas;
- Para isso é necessário estruturar processos de formação e criar mecanismos e espaços para a participação social.

Incidências| Definição de prioridades em diferentes pautas para articulação e organização de incidências. Por exemplo, nas agendas de agrobiodiversidade, agrotóxicos e transgênicos, combate ao racismo, abastecimento alimentar, Plano Safra.

Ação articulada



- Construção e monitoramento dos planos;
- Articulação interministerial;
- Engajamento para a construção do ODS 18, Igualdade étnico-racial.

Espaços para construção das articulações



- Secretarias-Executivas;
- Conferências;
- Comissões/Conselhos;
- Construção de uma agenda comum.

Atuação no congresso nacional



- Articular emendas parlamentares para as ações
- Acompanhar projetos de lei que nos fortalecem e os que nos ameaçam
- Articulação eleições municipais

Construção das conferências



- Estabelecer diálogo entre os conselhos para que se estabeleça processos de aprendizagem com as conferências que já foram realizadas (Saúde, Segurança e soberania alimentar);
- Atuar de forma articulada na construção e mobilização para as conferências.

Agenda de trabalho|

- Construção de um planejamento comum para estruturar uma agenda de trabalho conjunta entre os conselhos e um espaço permanente interconselhos;
- Mapear onde vamos incidir – por exemplo, o Plano SAFRA;
- Construção de um calendário de incidências a partir de setembro/2024.